



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO
INFANTIL

JEAN CARLOS LIMA DA SILVA

**EDUCAÇÃO E RACISMO: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA**

GUARABIRA-PB
2018

JEAN CARLOS LIMA DA SILVA

EDUCAÇÃO E RACISMO: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil como requisito para a obtenção do título de especialista em Educação Étnico-Racial na Educação Infantil.

Orientadora: Prof^a Ms. Paula Maria Fernandes da Silva

**GUARABIRA-PB
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Jean Carlos Lima da.
Educação e racismo: [manuscrito] : reflexões sobre relações étnico-raciais em uma Escola Pública da Paraíba / Jean Carlos Lima da Silva. - 2018.
42 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Paula Maria Fernandes da Silva, Departamento de Educação - CH."

1. Lei 10. 2. 639/03. 3. Antirracista. 4. Pluralidade cultural.
5. Espaço escolar.

21. ed. CDD 320.56

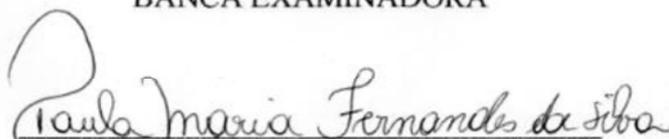
JEAN CARLOS LIMA DA SILVA .

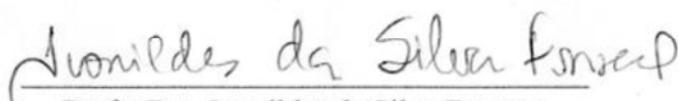
**EDUCAÇÃO E RACISMO: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA**

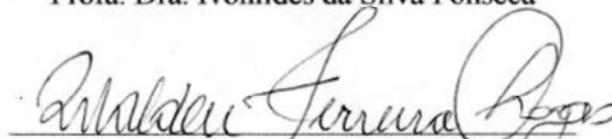
Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Educação Étnico-
Racial na Educação Infantil como
requisito para a obtenção do título de
Especialista.

Aprovada em: 13 / 03 / 2018

BANCA EXAMINADORA


Profª. Ms. Paula Maria Fernandes da Silva


Profª. Dra. Ivonildes da Silva Fonseca


Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas

A todas as pessoas que ajudaram a construí-lo: minha família, por sempre me incentivar a seguir firme e forte, mesmo não podendo me ajudar na produção, mas repassando energias positivas para que eu o fizesse. À minha noiva Lindivânia, por estar sempre junto comigo em todos os momentos da minha vida. À Prof^ª MS. Paula Maria Fernandes, pela parceria respeitosa, paciente e sábia que conduziu este trabalho para sua concretização. Aos professores do curso, em nome da querida Prof^ª Dr^ª Ivonildes da Silva Fonseca saúdo todos/as os/as professores/as que contribuíram para a minha formação. Aos colegas de curso, pelo companheirismo em todas as atividades, levarei todos e todas por toda a minha vida, onde quer que eu vá. Ao Deus em que creio e meu anjo da guarda, por me abençoar nos meus caminhos.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Deus em que creio, pois sem Ele sei que nada sou. Agradeço a minha família, por ter me incentivado a enfrentar este período desta formação, como também a minha noiva Lindivânia por todo o carinho e companheirismo em minha trajetória de curso e da vida. E apesar de muitos não confiarem na minha capacidade de concluir o curso e mesmo com as dificuldades encontradas ao longo do percurso árduo e situações particulares difíceis, com perdas irreparáveis, consegui concluir através de muito esforço e dedicação.

Aos(as) querido(as) professor(a) que ministraram todos os componentes curriculares pela enorme contribuição para nossa formação profissional e humana. Agradeço muito aos docentes que contribuíram na minha formação: *Waldeci Ferreira Chagas, Sheila Carvalho, Antônio Baruty, Carlos Adriano, Daniel Torquato, entre outros/as*. Mencionando principalmente a professora *Ivonildes Fonseca* pela forma de condução do curso, com respeito, profissionalismo e por conseguir propor de forma efetiva juntamente com toda a coordenação do curso uma formação capaz de nos possibilitar um aprendizado rico, significativo e tão importante nos dias atuais na luta contra o racismo que tanto prejudica a sociedade brasileira. Agradeço também a professora *Paula Maria Fernandes* pela orientação deste trabalho, como também por sua contribuição a partir de suas orientações que enriqueceram-me para a produção do mesmo, agregando muito para minha percepção com relação as questões étnico-raciais no âmbito educacional que fazem parte do cotidiano das escolas no Brasil.

Agradeço aos amigos que fizeram parte do meu cotidiano, como também aos meus colegas do curso, em especial *Aline Santiago, Fábio Santos, Paulo Ricardo, Hosana Barros entre outros*, considerado minha segunda família, de forma que levarei comigo todas as experiências vivenciadas por nós ao longo dos dois anos de curso.

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se pode aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

(Nelson Mandela)

EDUCAÇÃO E RACISMO: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de ensino-aprendizagem na perspectiva da Educação Étnico-racial fundamentada na Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar. Identificamos como o ensino antirracista está sendo trabalhado na sala de aula e como os estudantes estão reconhecendo as novas questões voltadas à história e a cultura africana, sua valorização e sua presença na sala de aula, uma vez que, sob a orientação da Lei 10.639/2003 as escolas devem contemplar o ensino que promova a valorização da cultura afro-brasileira e africana e assim rompa a barreira do racismo problematizando-o junto aos discentes, sobretudo, porque a escola caracteriza-se pela pluralidade cultural. Para isto, elaboramos um questionário e aplicamos junto a quatro docentes de uma escola localizada no município de Mulungu-PB, para compreender o posicionamento deles frente às demandas advindas dessa lei, sua formação e as ações pedagógicas pertinentes à promoção da educação étnico-racial. O resultado demonstrou que mesmo com a Lei vigorando desde 2003 há um longo caminho a ser percorrido na educação para alcançar melhores condições de vivências e entendimento social perante a diversidade cultural existente no Brasil. Mas, numa perspectiva contextualizada também percebe-se grandes avanços no tratamento ao racismo e discriminação racial na escola, haja vista, as atividades desenvolvidas no âmbito educacional dando voz e visibilidade a cultura e história africana e afro-brasileira anteriormente não vista no espaço escolar, uma vez que, muitos/as docentes passaram a adotar esta temática apenas com a proposta do projeto pedagógico municipal atual.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, antirracista, pluralidade cultural, espaço escolar.

EDUCATION AND RACISM: REFLECTIONS ON ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN A PUBLIC SCHOOL OF PARAÍBA

ABSTRACT

This paper analyzes the teaching-learning process in the perspective of ethnic-racial education based on Law 10.639 / 03, which made it compulsory to teach Afro-Brazilian and African History and Culture in the school curriculum. We have identified how antiracist teaching is being worked on in the classroom and how students are recognizing new issues regarding African history and culture, their appreciation and their presence in the classroom, given that under the guidance of Law 10.639 / 2003 schools should contemplate teaching that promotes the appreciation of Afro-Brazilian and African culture and thus breaks the barrier of racism by problematizing it with the students, above all, because the school is characterized by cultural plurality. For this, we elaborated a questionnaire and applied with four teachers of a school located in the city of Mulungu-PB, to understand their position on the demands arising from this law, their training and the pedagogical actions pertinent to the promotion of ethnic-racial education. The result showed that even with the 2003 Law, there is a long way to go in education in order to achieve better living conditions and social understanding in view of the cultural diversity that exists in Brazil. But from a contextual perspective also perceived great advances in the treatment of racism and racial discrimination in school, given the activities developed in the educational field giving voice and visibility to African and Afro-Brazilian culture and history previously not seen in the school space, once that many teachers began to adopt this theme only with the proposal of the current municipal pedagogical project.

Keywords: Law 10.639/03, anti-racist, cultural plurality, School space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: A lei 10.639/03 e o viés da democracia racial no Brasil	12
1.1 A Lei 10.639/03.....	12
1.2 O viés do Mito da Democracia racial no Brasil.....	13
CAPÍTULO 2: Educação e racismo: reflexões sobre relações étnico raciais em uma Escola pública da Paraíba	15
2.1 Caracterizando a Escola	15
2.2 Apresentando o Projeto Cultura Afro-brasileira numa Escola Pública da Paraíba.....	20
2.3 Ações pedagógicas com a aplicabilidade da Lei 10.639/03 numa Escola Pública da Paraíba a partir do Projeto Cultura Afro-brasileira.....	24
2.4 O olhar docente sobre as temáticas étnico-raciais e suas resistências.	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38
WEBGRAFIA	40
ANEXO	41

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso intitulado “*EDUCAÇÃO E RACISMO: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA*” almejou compreender as práticas pedagógicas de docentes de uma escola pública na Paraíba orientadas pela Lei 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar, mais precisamente investigar o trato que os/as docentes dão à temática étnico racial e como possibilitam aos/as discentes do Ensino Fundamental anos finais (Fundamental II) uma educação antirracista que promova o conhecimento da contribuição do povo negro africano e afro-brasileiro em território brasileiro.

Muitos/as docentes enfrentam dificuldades em efetivar a lei 10.639/03 na sala de aula devido ao silenciamento e a não formação com relação à cultura africana e afro-brasileira. O intuito da pesquisa realizada para a escrita deste trabalho foi evidenciar o tratamento que o corpo docente da Escola do interior da Paraíba nas suas práticas pedagógicas atribuiu aos conteúdos de história da África e cultura afro-brasileira.

Isso porque a educação posta nas escolas ainda é pautada na perspectiva eurocêntrica que trata as outras etnias (indígenas e africanos) de forma preconceituosa, estereotipada, racista. Esta concepção acaba fortalecendo o preconceito ideológico impregnado na sociedade, nos estabelecimentos comerciais, na mídia, nas classes sociais, em todas as esferas da sociedade, embora a educação tenha o papel de promover o conhecimento e a valorização do povo negro e indígena e contribua com a desconstrução de ideologias que subalternizam uns e outros.

Neste trabalho num primeiro momento contextualizamos historicamente as questões educacionais e sociais e assim compreendemos o distanciamento que a população negra vive em relação aos brancos, principalmente, no que se refere às relações educacionais. Evidenciamos o movimento negro como precursor das lutas ferrenhas em prol da melhoria das condições da vida da população negra, sobretudo, no que diz respeito às políticas públicas que atendam as demandas sociais dessa população.

Em seguida, analisamos a efetivação da Lei 10.639/03 na Escola do interior da Paraíba localizada em Mulungu-PB a qual faço parte do corpo docente, a partir de uma pesquisa sobre as ações pedagógicas referentes à temática étnico-racial. Através de questionário aplicado junto aos/as docentes compreendemos a formação destes e suas

ações em sala de aula na construção de um currículo que corresponda a uma educação que valorize o povo negro.

A pesquisa nos possibilitou verificar a importância de se trabalhar a temática étnico- racial e assim desmistificar o discurso da ausência do racismo no ambiente escolar, além de dar visibilidade ao mesmo em vários setores da sociedade, enfrentar as percepções preconceituosas, romper com a discriminação racial, quebrar barreiras impostas aos alunos e alunas que sofrem gradativamente preconceito racial no espaço escolar. Como também, mostrar a necessidade da aplicabilidade da Lei 10.639/03 por parte dos educadores para a promoção dos conhecimentos sobre a história da África e da cultura afro-brasileira, visto estes conteúdos valorizarem a presença africana em vários setores da sociedade brasileira.

CAPÍTULO I

A LEI 10.639/03 E O VIÉS DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL

1.1 A Lei 10.639/03

É notória a contribuição cultural, social e econômica do povo negro que veio de forma forçada da África para o Brasil como escravizado para trabalhar como mão de obra barata pelas mãos colonizadoras dos portugueses que aqui chegaram tomando como posse o território brasileiro. Estas contribuições se deram a partir dos saberes africanos que culturalmente aqui foram ressignificados como forma de resistência ao opressor sistema escravocrata. Na religião, na culinária, na música, na linguagem, nos costumes, etc., ou seja, vários fatores que fizeram parte da construção do Brasil.

Todos estes subsídios não se fizeram presentes na construção curricular escolar brasileiro como valores importantes em nossa sociedade. Durante a história da educação brasileira a cultura africana ou afro-brasileira foi silenciada no âmbito educacional, e, mesmo quando mencionada, vinha carregando estereótipos tradicionais e discriminatórios para com o povo negro. Isso ocorre devido ao racismo enraizado na sociedade brasileira, haja vista, a negligência do Estado e da sociedade em geral em não reconhecer o povo negro como parte integrante e constituidora da nação brasileira.

Uma das conquistas mais significativas que o movimento negro¹ concerniu ao povo negro foi a institucionalização da Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história da África e da cultura afro-brasileira no currículo escolar, na perspectiva de promover um ensino antirracista que respaldasse as carências de conhecimento, valorização e participação do povo negro afro-brasileiro como um dos formadores principais da cultura brasileira, com vários elementos culturais presentes em nosso meio. Esta conquista foi implementada

Em 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou uma lei que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Trata-se da Lei nº 10.639/2003.¹ Foi a partir dela que o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dispostas no Parecer CNE/CP nº03/2004 e na Resolução CNE/CP nº 01/2004, as quais deverão orientar iniciativas de formação inicial e continuada e processos de gestão escolar. Em 2009, o Ministério da Educação aprovou o Plano Nacional de

¹ No início do século XX estes movimentos ganharam espaço na sociedade na luta por direitos da população negra, reivindicando-os perante o Estado brasileiro.

Implementação da Lei nº 10.639/2003, que define atribuições, metas e períodos de execução para a implementação de toda essa legislação aos sistemas de ensino, aos governos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, aos Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial, aos níveis e modalidades de ensino e à educação em áreas remanescentes de quilombos. (MEC/SECADI, 2014, p.13).

Após muitas lutas históricas e reivindicatórias da população negra, esta veio a conseguir esta lei importante para a equiparação das discriminações e dos preconceitos raciais para com a população afro-brasileira. Certamente, num país que tenta camuflar o racismo na perspectiva de que todos têm as mesmas condições de vivência, confirmando a existência de um imaginário no qual se fixa o modelo de democracia racial, há a necessidade desta forma de abordagem com a introdução de um novo olhar sobre as temáticas referentes ao negro e à cultura africana. Estas culturas precisavam ser traduzidas de forma valorativa, realçando a enorme contribuição para a história e o desenvolvimento na construção do Brasil.

1.2 O viés da Democracia Racial no Brasil

Houvera no Brasil a percepção de que a questão racial estava concluída, no sentido de que existia o respeito e a igualdade racial entre as raças criando o mito da democracia racial. Esta ideia de que a relação afável entre os ex-escravizados e a elite burguesa intensificou-se na sociedade brasileira a partir da obra *Casa-grande & Senzala*, do escritor pernambucano Gilberto Freyre, mesmo que o autor não tenha colocado este termo em sua obra, mas as interpretações deste livro são de que as relações étnicas no Brasil aconteciam sem nenhum tipo de discriminação, mascarando o racismo existente na sociedade. (SILVA, 2015, p.03).

Este mito da democracia racial impediu por determinada época o reconhecimento dos conflitos sociais, as desigualdades entre os grupos étnicos no Brasil, e o racismo propriamente dito, tendo em vista, a ambiguidade nas relações e nas práticas cotidianas entre os vários setores sociais. Gilberto Freyre com sua obra propagou ainda mais esta realidade fantasiosa, mesmo não sendo o precursor desta tese mítica. Alguns cientistas passaram a realizar novos estudos sobre as relações sociais no Brasil e evidenciaram novas percepções construídas por Florestan Fernandes, a partir da década de 50, do século XX, reinterpretando o Brasil reconhecendo as condições sociais diferenciadas fundamentadas pela questão da cor, em que para Fernandes (1960)

Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do bom-tom, de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um no seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática. (FERNANDES, 1960, p. XIV, apud, VIOTTI, 1999, apud, SILVA, 2015, p.04).

Compreendendo o contexto histórico da obra de Gilberto Freyre, é notório o pensamento que se tinha em grande parte do século XX, e ainda se fazendo presente nos discursos raciais para justificar o “lugar” de cada grupo social, no que se refere às questões étnicas no Brasil. Portanto, este mito da democracia racial por vezes silenciava e diluía os problemas étnicos que a sociedade estava arraigada, sendo objetivo das elites burguesas em que as hierarquias sociais prevaleceriam por muito tempo, mesmo com a abolição da escravatura, entendendo que as questões da população negra diziam respeito a elas próprias, e não a sociedade como um todo. Dessa forma,

A ‘democracia racial’, no Brasil, foi mais um mito que uma realidade, ainda que o poder desse mito fosse significativo. A imagem de tolerância e de mobilidade social encorajou a quietude dos negros, deixando-os na base da pirâmide social sem reações de grande impacto. (...) (...) foi o ‘maior inimigo’ e o impedimento para a formação da identidade e da mobilização. (MARX, 1996, p. 161-164, apud, SILVA, 2015, p.05).

O discurso de que a mobilidade social no Brasil estava posta da mesma forma para os grupos sociais não condizia com a realidade local, tendo em vista, a difícil inserção dos negros nos setores sociais, como escolas, indústrias, política, dentre outros, considerando que a escola intermediava a ascensão social destes grupos, e a negação desta condição social impossibilitava cada vez mais o povo negro de buscar melhores possibilidades de vivência.

A partir da Lei 10.639/03 na sociedade brasileira fica evidenciada uma nova reflexão da história que vem sendo abordada nas escolas pelo país. Haja vista, que a educação brasileira realça desde seus primórdios a cultura europeia enfatizando consideravelmente dentre as outras culturas como a cultura africana e afro-brasileira, como também a cultura e a história dos indígenas que fizeram e fazem parte da construção histórica e cultural do Brasil. Assim, a história da África foi sendo colocada de forma secundária, em segundo plano, ou até mesmo esquecida totalmente, e quando era mencionada trazia percepções discriminatórias, segundo Oliva (2009)

o ensino sobre a história da África no Brasil, até meados da década de 1990, pode ser considerado insignificante, pois o continente africano foi sempre retratado de forma secundária, associado ao período marítimo dos séculos XV e XVI, ao tráfico de escravos, processos do imperialismo e colonialismo no século XIX e da independência dos países africanos, na segunda metade do século XX. (OLIVA, 2009, p. 144, apud, AUGUSTO E TONIOSSO, 2015, p. 187).

A história oficial formulada que adentra o currículo escolar brasileiro trata as temáticas que envolvem o povo negro africano e afro-brasileiro como escravos, e não como escravizados, de pessoas cuja trajetória histórica é de violência e subalternização perante sua chegada ao Brasil, e, posteriormente a Lei Áurea. Esta forma de colocação não valoriza o negro no Brasil, como parte da sua história, considerando que o Brasil é o país de maior presença do negro fora do continente africano. Mas, essa história que separa, oprime e classifica um grupo étnico em detrimento de outro persiste apoiada em um aparato político-social, para persistirem alguns privilégios para a elite burguesa brasileira, e predominantemente, branca.

A partir de 1996, com a nova LDB a história oficial sofre desestabilização pois estudos sobre o continente africano começam a ser inseridos

o ensino de História passa por uma evidente modificação com a entrada em vigor da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 - Lei nº. 9394/96 - e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da área de História, em 1998, que indicavam uma aproximação, mesmo que frágil, com os estudos africanos. (AUGUSTO E TONIOSSO p.187).

Concomitantemente, foi estabelecida no Brasil uma demanda de novas perspectivas educacionais no que se refere aos estudos e práticas sociais referentes à temática africana e afro-brasileira no currículo escolar. Inicialmente, ficou incumbida a disciplina de História a realçar novas contextualizações sobre a temática africana para a efetivação dos parâmetros curriculares nacionais. Desta forma, houvera uma reavaliação de conteúdos e práxis principalmente dos professores de história referente à temática africana.

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO E RACISMO: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA PARAÍBA

2.1 Caracterizando a Escola

A escola pesquisada para fundamentar este trabalho localiza-se numa cidade do interior da Paraíba. A escola funciona em dois períodos diários. São estes: Primeiro, no período matutino atende os estudantes do ensino fundamental II (6° ao 9° Ano) e, segundo, no período noturno atende os estudantes da modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos). A escola dispõe de um espaço de seis salas de aula, sendo utilizada apenas cinco delas, a outra sala servia como sede da coordenação pedagógica do município, mas migrou para a sede da secretaria de educação do mesmo. Atualmente, esta sala serve para guardar materiais da escola e trabalhos produzidos pelos discentes. A quantidade dos estudantes por cada turma se divide em:

6° Ano	42 discentes
7° Ano A	30 discentes
7° Ano B	24 discentes
8° Ano	28 discentes
9° Ano	18 discentes
TOTAL	142 discentes

Seguem algumas imagens referentes ao prédio escolar onde as atividades foram desenvolvidas.

Imagem 1. Sala da direção



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 2. Sala da secretaria



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 3. Sala dos professores



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 4. A cantina, onde é servida a merenda escolar e ao lado os banheiros.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagens 5, 6 e 7. Uma das salas de aula.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagens 8 e 9. Corredores da escola.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

2.2 Apresentando o Projeto Cultura Afro-brasileira numa Escola Pública da Paraíba

Para o ano letivo de 2017 foi adotado como projeto pedagógico municipal o “Projeto Cultura Afro-brasileira: pelos caminhos da leitura: África e Brasil de cor e cultura” e teve o propósito de conhecer, destacar e valorizar a história da cultura africana e afro-brasileira respaldada pela Lei 10.639/03 estabelecendo aos docentes e gestores de escolas de ensino infantil ao 9º ano para incluírem em seu currículo anual, em cada bimestre, temáticas voltadas para uma educação antirracista. Por estar adequado à Lei 10.639/03 e ao Curso de Especialização em educação étnico-racial na educação infantil descrevemos o referido projeto neste trabalho de conclusão de curso, destacando e o ensino fundamental II.

A proposta da coordenação pedagógica do município foi de buscar estabelecer juntamente com todo o corpo educativo do município que compreende o ensino básico até o fundamental final, propostas rotineiras que fizessem valer a Lei 10.639/03 na perspectiva de romper preconceitos raciais e discriminatórios quebrando tabus existentes na sociedade, e principalmente, nas escolas, uma vez que, na escola as questões étnicas por vezes são silenciadas, deixadas de lado por docentes que preferem não intervirem quando algumas falas e/ou ações racistas são proferidas no âmbito escolar, considerando o público alvo a ser atingido, no qual a comunidade, em sua maioria, é menos favorecida economicamente em que a perspectiva de ascender socialmente é mínima devido às poucas oportunidades de emprego, uma vez que, ainda encontra-se em desenvolvimento na perspectiva de obtenção de melhores condições de vivências entre as famílias. Como justificativa, os autores do projeto apresentam que

No mundo contemporâneo o sistema educacional brasileiro, tem enfrentado processos constantes de mudanças estruturais e conceituais, por conta das exigências sociais, que desejam uma educação de resultados positivos e práticos para o dia-a-dia. Uma educação que prepare para a diversidade e autonomia na construção do conhecimento, bem como, dos saberes constantes de aprender a aprender. O Projeto Cultura Afro – brasileira tem o propósito de atender a lei Nº 10.639/03 que alterou a lei de diretrizes e bases (LDB) e instituiu as Diretrizes Curriculares para a sua execução. A lei acima citada determina a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos no currículo escolar das seguintes modalidades de ensino: Fundamental e Médio. A decisão oriunda da lei faz um resgate histórico da colaboração dos negros na estruturação e construção da sociedade brasileira. O projeto propõe palestras acerca da identidade cultural destacando as diferenças culturais. Visa ainda, o reconhecimento e a valorização da identidade, como também da cultura e da história dos negros brasileiros. (MULUNGU, Secretaria Municipal de Mulungu - Projeto Cultura Afro-Brasileira 2017, p. 02).

Enxergando como perspectiva educacional e social a iniciativa de atender concretamente uma educação antirracista, em que as escolas fossem espaços de

igualdade, no sentido de promoção social e educacional perante todos/as os/as discentes, e espaços de valorização cultural e identitária do povo negro afro-brasileiro, fugindo do currículo folclórico ou de datas comemorativas que restringem ao que é estabelecido por lei e pelos DCN's, que não respeitam concretamente a diversidade cultural, histórica e social dos povos através do currículo posto em prática, que segundo Silva (1995)

no que se refere aos currículos escolares, chamou-se a atenção para a falta de conteúdos ligados à cultura afro-brasileira que estejam apontando para a importância desta população na construção da identidade brasileira, não apenas no registro folclórico ou de datas comemorativas, mas principalmente buscando uma revolução de mentalidades para a compreensão do respeito às diferenças. (SILVA, 1995, apud, ROCHA E TRINDADE, SECAD, 2006, p. 57-58).

Após a efetivação da Lei 10.639/2003 evidenciou cada vez mais uma nova reflexão do currículo com os conteúdos que tratassem da história da escravidão no Brasil e dos negros em nossa sociedade, mas ainda sim percebesse, indubitavelmente, a longínqua práxis dos conteúdos étnico-raciais que não se fazem presentes nos currículos escolares, muito menos no planejamento de docentes. Haja vista, que até mesmo nas universidades há uma restrição, ou até mesmo, uma resistência à busca de formação com a temática étnico-racial que impedem a execução de uma educação antirracista.

A proposição deste projeto concerniu a levar as escolas e seus referidos atores pedagógicos, e a comunidade em geral, a reflexão sobre as questões étnico-raciais, mas entendendo o grau de dificuldade em efetivar a lei 10.639/03 devido o racismo presente na mentalidade de uma sociedade que sempre retratou a população negra com estereótipos, discriminações raciais enraizadas no subconsciente e nas ações cotidianas dos indivíduos. Dentre os objetivos e as habilidades a serem alcançados pelo respectivo projeto são estes:

Geral: Promover e proporcionar momentos para uma nova reflexão sobre a identidade racial numa escala global nacional e local a partir da concepção da política de reparação, reconhecimento e de valorização de todos os aspectos que envolvam a cultura africana e afro-brasileira.

Específicos:

Valorizar a pluralidade racial de nossa comunidade escolar; Combater o racismo no âmbito escolar; Promover a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos étnicos que compõem a comunidade escolar; Desenvolver atividades que levem os alunos a uma reflexão e compreensão de mudança na maneira de ver e pensar sobre a raça e a cultura africana e afro descendentes.

HABILIDADES:

- Identificar as disparidades entre brancos e negros na sociedade;
- Identificar e analisar criticamente os elementos geradores das diferenças raciais;
- Localizar por meio de pesquisas a história dos povos formadores
- Da sociedade brasileira, destacando suas etnias e culturas;

- Perceber a necessidade de intervir positivamente para a erradicação das desigualdades raciais;
- Respeitar os direitos humanos e fundamentais do cidadão. (Secretaria Municipal de Mulungu - Projeto Cultura Afro-Brasileira 2017, p. 02-03).

A implementação destes objetivos concernem em propor mecanismos educacionais para a luta contra o racismo, ou mesmo, levar o conhecimento a valorizar historicamente a contribuição africana presente em vários fatores na cultura brasileira, mas que o racismo ainda velado no âmbito educacional, principalmente, que intensifica comportamentos e ações discriminatórias, haja vista, pelo não conhecimento destas questões sociais, econômicas e culturais afro-brasileiras. Objetivando uma visão positiva do/a negro/a encarando a temática étnico-racial para dar visibilidade que, ao longo da história do Brasil, o currículo e até mesmo docentes impõem barreiras e acabam silenciando uma temática significativa para a formação do/a cidadão/ã num país multirracial como o Brasil. Assim, a escola tem um papel fundamental para a ruptura do racismo entranhado na sociedade brasileira, segundo LOPES (2006)

a instituição escolar tem, assim, de criar mecanismos e instrumentos de uso permanente, via projeto político-pedagógico e currículo, para intervir na realidade que exclui o negro (pretos e pardos), bem como indígenas, entre outros, do acesso aos direitos humanos fundamentais. Assim, tem de colocar, necessariamente, a diversidade étnico-racial como conteúdo escolar e dar a esse conteúdo o tratamento adequado (LOPES, 2006, p. 103, apud, BITTENCOURT E SOUZA, 2016, p.21).

Como subsídio para nortear a classe docente sobre a temática proposta foram colocadas algumas indicações de atividades e leituras para a pesquisa dos/as docentes, com a intencionalidade de refletir e pôr em prática com os/as discentes questões étnico-raciais da realidade brasileira contextualizando historicamente como foram sendo constituídas na sociedade brasileira. Seguem então as sugestões dadas para as disciplinas:

PORTUGUÊS

– Educação Infantil ao 9º ano –

- Leitura, interpretação e produção de textos diversos, concurso de frases, poesias, músicas e paródias referentes ao tema.
- Leitura, interpretação de textos de obras literárias da literatura africana de língua portuguesa e literatura brasileira que abordam a questão racial em diversas épocas da história do Brasil. Explorar bem a leitura e a interpretação, culminando com uma peça teatral das literaturas estudadas.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA – Educação Infantil ao 9º ano –

- Pesquisas sobre o racismo no Brasil. É importante que todas as pesquisas sejam arquivadas para a produção de um portfólio com as atividades desenvolvidas durante a realização do projeto.
- Fazer um mapeamento sobre em quais regiões e lugares do Brasil há maior incidência do preconceito racial e racismo;
- Faz-se necessário fazer uma abordagem histórica para tentar compreender porque esse fenômeno acontece nesses locais, além da concentração da

população negra que habita tal território e o motivo que os levou a ocupar esses lugares;

- Valorização da história oral e do respeito à ancestralidade para os povos africanos e resgate da história oral local;

- Culminar com um painel intitulado “Brasil de cor, nome e história” com pessoas comuns e personalidades negras e suas respectivas biografias.

CIÊNCIAS E MATEMÁTICA – Educação Infantil ao 9º ano –

- Pesquisas em jornais sobre a atual situação racial no Brasil;

- Pesquisas sobre doenças oriundas do continente africano: causas, sintomas e tratamentos;

- Pesquisas sobre cura por meio de plantas medicinais;

- Estudos sobre as cotas raciais;

- Dados multimídia da população, saúde, emprego, etc.;

- Textos diversos que falam sobre o assunto / tema, buscando uma análise interpretativa dos mesmos;

- Transformar todos os dados coletados nas pesquisas em gráficos e tabelas, ampliar no papel metro e expor para análise da comunidade escolar.

ARTES – Educação Infantil ao 9º ano –

- Danças folclóricas e culturais que são herança das raças formadoras do povo brasileiro – histórico / apresentações dramatizadas, etc.

- Montar painéis sobre a estética e beleza negra registrando pessoas da localidade;

- Culminar com um desfile de beleza negra com alunos e pessoas da comunidade que se identifiquem com esse perfil racial.

EDUCAÇÃO FÍSICA – 6º AO 9º ano –

- Pesquisar manifestações culturais e sobre a capoeira, fazendo estudos dessas pesquisas e a importância que elas representam;

- Convidar grupos de capoeira para apresentação cultural;

- Priorizar durante as aulas jogos da cultura africana e afro-brasileira. (Secretaria Municipal de Mulungu - Projeto Cultura Afro-Brasileira, 2017, p. 05-07).

Diante disso, evidenciamos a variedade de conteúdos que podem ser trabalhados nas escolas, em todas as disciplinas do currículo. Mas, sabemos que há um conjunto de fatores explicitados no ambiente escolar que impõe barreiras à concretização destas atividades sobre a diversidade étnica. São eles, a não formação dos/as professores/as sobre a temática étnico-racial, o comodismo dos/as mesmos/as em não pesquisar e colocar estas questões étnicas em seu currículo, a comunidade escolar (pais, agentes educacionais, entre outros) devido ao racismo constituído historicamente no Brasil a partir de falas, ações, agressões físicas e principalmente psicológicas que afetam crianças e adolescentes negros/as em sua trajetória de vida. São estes paradigmas que interrompem o progresso educacional, social, humano que precisam ser desconstruídos desde a educação infantil, pois já na educação básica a criança vai absorvendo estas características racistas como reflexo do que é propagado na sociedade. Partindo do pressuposto da formação curricular brasileira baseada no eurocentrismo, por não tratar da cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar acaba desfazendo-se da nossa própria história, e, conseqüentemente, acarretando problemas educacionais significativos. De acordo com Fernandes (2005)

A legitimação cultural que silencia e omite outros sujeitos históricos como negros e índios contribui para elevar os índices de evasão e repetência de crianças provenientes dos estratos sociais mais pobres. Essa grande maioria sai precocemente dos quadros escolares sem concluir o ensino fundamental por não se identificar com uma escola moldada nos padrões eurocêntricos que não valorizam a diversidade étnica-cultural de nossa formação. (FERNANDES, 2005, p. 380, apud, BITTENCOURT E SOUZA, 2016, p.20).

Estas condições que são propagadas ao passar dos anos no Brasil submetem a maioria do povo negro a dificuldade de ascender consideravelmente perante a sociedade em detrimento as várias discriminações que os/as mesmos/as sofrem cotidianamente, principalmente nas escolas, em que desde os anos iniciais da escola básica não se veem representados pelas falas dos/as docentes, pelo currículo adotado, e que ocasiona a desistência da continuidade na escola devido a um espaço evadido de preconceito e discriminação influenciando em sua progressão educacional, e também, socialmente, pois evadindo-se da formação escolar ainda nos primeiros anos de vida a dificuldade de conseguir livrar-se das condições que, em sua maioria, fazem parte da classe menos favorecida da sociedade no Brasil, este índice tende a aumentar substancialmente. Como vimos anteriormente, este projeto busca ir de contra a esta realidade, promovendo a criticidade do contexto social e desigual sustentado por inúmeras ações racistas numa escala nacional.

2.3 Ações pedagógicas com a aplicabilidade da Lei 10.639/03 numa Escola Pública da Paraíba a partir do Projeto Cultura Afro-brasileira

Para a efetivação de uma educação antirracista num país que desconsidera a contribuição africana e afro-brasileira com elementos fundamentais na música, na culinária, na religião, na linguagem, nos costumes, entre outros, como formação de um povo e de uma sociedade como um todo, é notório o enorme desafio, e ao mesmo tempo, a importância da escola com o papel de desconstrução do senso comum, num país que acredita numa democracia racial inexistente, haja vista, a ideia da meritocracia que se dilui a partir da negação da história de um povo e suas contribuições culturais, como também, os problemas sociais que descaracterizam o/a negro/a no Brasil.

Tratar da diversidade étnica no Brasil torna-se uma problemática sustentada no princípio do currículo eurocêntrico e da formação de professores/as que não atendem especificamente a condução do direcionamento de ações pedagógicas que dêem subsídios para a educação étnico-racial.

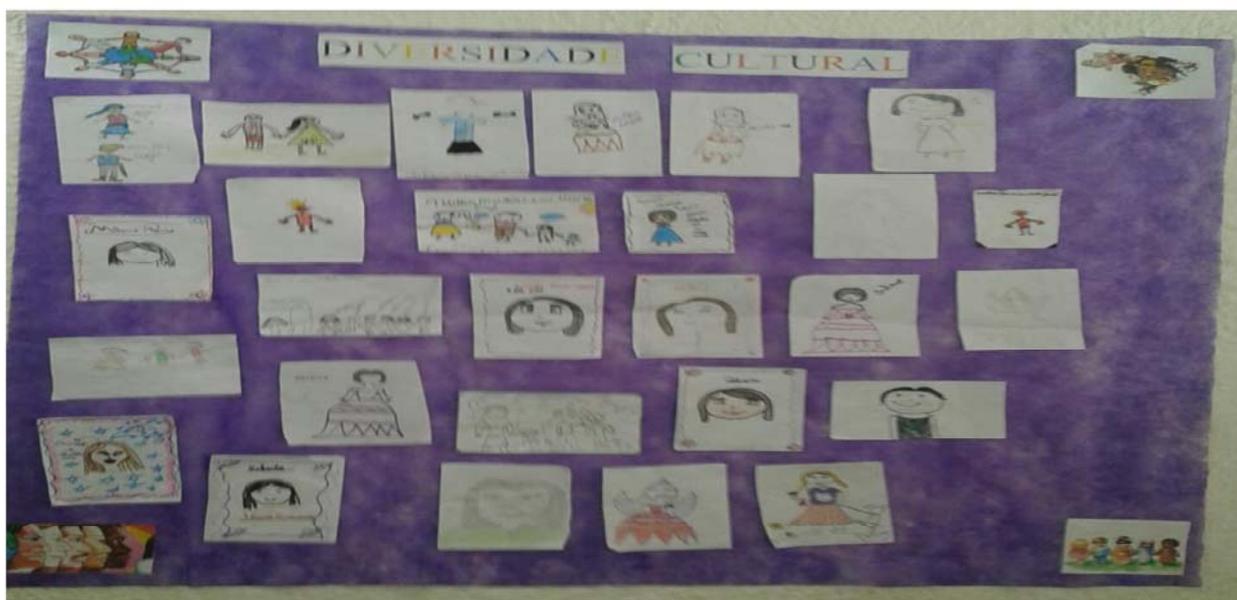
Porém, a diversidade cultural é muito mais complexa e multifacetada do que pensamos. Significa muito mais do que a apologia ao aspecto pluriétnico e pluricultural da nossa sociedade. Por isso, refletir sobre a diversidade cultural exige de nós um posicionamento crítico e político e um olhar mais ampliado que consiga abarcar os seus múltiplos recortes. Diante de uma realidade cultural e racialmente miscigenada, como é o caso da sociedade brasileira, essa tarefa torna-se ainda mais desafiadora. (GOMES, 2003, p. 71).

Conforme a resistência em que os agentes educacionais encontram em promover um ensino que atenda a diversidade cultural existente nas salas de aula pelo país há, de antemão um posicionamento político para que se busque o reconhecimento das diferenças e da valorização da etnia negra com os fundamentos da Lei 10.639/2003, num diálogo que permita aos/as discentes compreender as facetas dos ancestrais negros e negras em nossa cultura. Daí, o papel fundamental do espaço escolar como fomentador do diálogo, reflexão e criticidade das relações étnicas no contexto histórico brasileiro.

Neste cenário, o embate que o Projeto Cultura Afro-brasileira travou com a comunidade escolar desencadeou uma nova percepção educacional para com a temática africana e afro-brasileira. Para isto, foram desenvolvidas ações pedagógicas na referida escola pesquisada durante o ano letivo de 2017. Inicialmente, houvera uma culminância de atividades desenvolvidas pelos/as discentes orientados pelos/as professores/as da escola em questão no primeiro semestre, mais precisamente no dia 12/05/2017, em que foram realizadas a exposição de atividades, roda de capoeira, um desfile que teve como tema “Pérolas Negras” valorizando a beleza negra de alunos e alunas, uma mesa com comidas de origem africana e com ressignificação brasileira, exposição de vídeo, dentre outros.

1. Atividades da primeira culminância do Projeto realizada na escola. (12.05.2017). Trabalhos desenvolvidos pelos estudantes e professores.

Imagem 1. Atividade sobre a diversidade cultural.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 2. Comidas africanas e afro-brasileiras.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 3. Cartazes elaborados pelos/as estudantes para exposição.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 4. Trabalhos elaborados pelos/as estudantes com os temas: “Conhecer para compreender”, “África: Suor e Sangue” e “Adereços e adornos da Cultura Afro-brasileira”.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 5. Trabalhos sobre as máscaras de cultura de povos africanos.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 6. Painéis com desenhos das bandeiras de países do continente Africano.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

E em outro momento, foi realizada a culminância do Projeto Cultura Afro-Brasileira, com as apresentações das atividades desenvolvidas pelos/as discentes com a temática étnico racial, em que foram apresentadas atividades tais como: peça teatral homenageando Zumbi dos Palmares, leitura de poemas escritos pelos próprios

Imagem 9. Atividades desenvolvidas pelos/as estudantes com os temas: “Menina bonita do laço de fita”, “Brincadeiras africanas” e “Mãos África mais Brasil”.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 10. Desenhos feitos pelos/as estudantes sobre personagens líderes da Luta negra, estes são: Ganga Zumba, Zumbi dos Palmares e Chica da Silva.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 11. Desenhos realizados pelos/as estudantes sobre personagens de histórias infantis.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 12. Jograis produzidos pelos/as estudantes para o evento.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

Imagem 13. Folders entregues aos visitantes do evento.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2017

2.4 O olhar docente sobre as temáticas étnico-raciais e suas resistências

Mediante o projeto adotado pela escola pesquisada referente à Cultura Afro-brasileira e as percepções evidenciadas no cotidiano escolar interessou-me buscar compreender durante a pesquisa, sobre as concepções positivas ou negativas para com a temática étnico racial sabendo que mesmo com a obrigatoriedade desta temática outorgada por lei Federal desde 2003, muitos docentes ainda encontram dificuldades para incluírem nas suas propostas pedagógicas o ensino que promova ao conhecimento de conteúdos voltados ao ensino étnico-racial.

As dificuldades dos docentes em trabalharem a temática étnico-racial, ora ocorrem por não formação na área, ora por encontrarem “dificuldades na pesquisa”, e outros/as por não acreditarem na importância de desenvolver atividades correlacionadas para o embate ao racismo que se faz presente na história do Brasil desde a escravidão, que ainda é velado e silenciado nas demais instâncias sociais, principalmente na escola, no qual este espaço que promove o convívio social

constituído pela diversidade deveria contemplar todas as etnias que fizeram parte da História do Brasil na sua construção.

No que se refere às atribuições de um docente para com a temática étnico racial, Albino (2014) aponta que:

Como educadores temos a necessidade de promover no interior da escola práticas pedagógicas para desenvolver o trabalho docente sobre a cultura afrobrasileira, visando à melhoria da compreensão desta problemática que ainda está envolta por preconceitos e discriminações raciais. Mesmo existindo uma lei que tornou obrigatório esse novo conteúdo, ainda surgem questionamentos se de fato ele deve ser trabalhado no ambiente escolar, ou seja, que concepção de História e Cultura Afro-Brasileira, deve ser trabalhada em sala de aula a partir da implantação da Lei? (ALBINO, 2014, p. 04).

Ou seja, a autora faz um questionamento importante presente na realidade de muitas escolas, em que mesmo com a obrigatoriedade do ensino étnico racial a partir da lei 10.639/03, muitos docentes ainda não consideram a temática estabelecida como necessária de ser trabalhada no âmbito educacional em detrimento de não formação para com a temática, como também a irrelevância que dão ao tema, dentre outros. Assim, este projeto educacional foi para o enfrentamento destas questões, na busca de quebrar paradigmas, em que os planejamentos bimestrais e quinzenais propuseram a discussão de propostas em que os docentes buscavam com colegas e seu respectivo coordenador pedagógico para subsidiar os anseios que dificultavam a atuação dos/as mesmos/as para com seus/as discentes.

Para identificar estas inquietações, foi elaborado um questionário para que os/as professores/as de uma Escola Pública que atendem o ensino fundamental II relatassem pontos importantes sobre seu conhecimento para com a Lei 10.639/2003 e sobre as temáticas voltadas ao ensino étnico racial e antirracista.

Infelizmente, nem todos/as docentes contribuíram para a pesquisa, haja vista, os vários fatores que podem ter impedido a participação de todos/as como o não interesse a temática desconsiderando sua importância, ou por não terem nenhum tipo de contato e estudo para com a temática, ou acreditando que há o racismo na sociedade, mas que não interfere na ascensão social e pessoal dos estudantes, entre outros. Foi entregue e solicitado aos/as professores/as o questionário, mas respeitando o livre arbítrio de todos/as.

Porém, os colegas que contribuíram para a pesquisa trouxeram pontos importantes a serem refletidos aqui, sendo destacado pelo pesquisador em que os

questionados tentassem transparecer nas respostas o máximo possível de veracidade de acordo com os fatos e suas vivências.

Segue o questionário, com as respostas dos/as docentes

Perguntas	Respostas dos/as professores/as
1 – Qual o ano/série que você leciona?	4 professores responderam Ensino Fundamental II
2 – Há quanto tempo você exerce a docência?	Todos/as entre 15 e 20 anos de docência.
3 – No seu processo de formação você estudou sobre a temática étnico-racial?	3 relataram que sim, apenas 1 não
4 – Você tem conhecimento da Lei 10.639/2003? Caso sim, descreva-a.	Todos/as alegaram terem conhecimento da lei e do que ela propõe.
5 – Você já participou de alguma formação acerca dessa lei? Qual?	3 relataram que não, e apenas 1 sim
6 – Na sua sala de aula na relação professor (a) /aluno (a), aluno (a) /aluno (a) já presenciou algum discurso Positivo ou Negativo sobre a temática étnico-racial? Qual? E o que fez diante da situação?	Todos/as alegaram que sim. A maioria alegou presenciarem discursos negativos e intervindo com os estudantes mostrando a igualdade racial perante a lei e diante de Deus.
7 – Como você trabalha e ou desenvolve alguma atividade com a temática das relações étnico-raciais na sala de aula?	A maioria relatou que fazem rodas de conversas sobre a temática étnico racial, debates, questionamento sobre a miscigenação brasileira e pesquisas sobre o assunto.
8 – Você trabalha as questões étnico-raciais durante todo o ano letivo ou apenas em datas comemorativas? Explique.	2 professores/as alegaram trabalhar com a temática especificamente este ano devido ao projeto adotado pela rede de educação do município. Outros 2 relataram que apenas em datas comemorativas como o dia da consciência negra e trazendo notícias do cotidiano especificamente de telejornais.
9- Nos Livros didáticos adotados está presente a temática étnico-racial, para o atendimento à Lei 10.639/2003?	3 alegaram que sim. 1 relatou que não.

<p>10- Para você, qual a importância de trabalhar a temática étnico-racial na escola?</p>	<p>Todos/as destacaram a importância desta temática para desmistificar o preconceito enraizado, respeito às diferenças, aceitação do outro, a importância da luta dos/as negros/as no processo de formação nacional brasileiro, resgatando sua contribuição nos aspectos sociais, econômico e político. Sendo a escola o espaço de quebra de paradigmas objetivando a mudança destes conceitos discriminatórios e visões de mundo.</p>
---	--

De acordo com a pesquisa, inicialmente foi perguntado aos questionados qual a sua identidade étnica? Dentre as opções estavam preto(a), pardo(a), branco(a), amarelo(a), indígena e outros. Duas pessoas marcaram a opção preto(a), uma marcou a opção pardo(a), e a outra branco(a). Inicialmente, podemos notar a presença da identidade étnica negra em alguns/as docentes, ou seja, nos apresenta um posicionamento político e de autoidentificação referente à ancestralidade africana em sua linhagem das suas respectivas gerações anteriores. Isso corrobora para pensarmos como deve ser a atuação destes profissionais para com a temática étnico racial, a partir de seu entendimento da questão negra e autoafirmação numa sociedade racista que impregna estereótipos em qualquer espaço social.

Entre os pesquisados, todos(as) com experiência de 15 a 20 anos de docência, sendo que os/as mesmos/as têm conhecimento da lei 10.639/03, e três tiveram contato com a temática durante sua formação, porém apenas um teve formação específica com a temática étnico racial. Ou seja, mesmo com o conhecimento da Lei 10.639/03 e sua obrigatoriedade muitos não enxergam, na prática, a importância das questões étnico raciais em sala de aula, como também a não formação de docentes sobre a temática afro-brasileira acaba pondo empecilhos em trabalhar com a problemática, uma vez que, muitos destes preferem não “mexer com a ferida” ocasionando a omissão no tratamento destas questões importantes, mas considerando a dificuldade que é discuti-lo, haja vista, a falta de conhecimento para com a temática. De acordo com Silva (2005)

Percebemos que a formação do professor, do ponto de vista institucional, limita as possibilidades de diálogo com as referências educacionais em que a questão da diversidade cultural seja preocupação central, pois as produções e discussões sobre currículo e multiculturalismo (não estamos discutindo os “limites” desses aportes teóricos) apontam constantemente para as dificuldades didático-pedagógicas de se formar professores pautados nesses referenciais, o que ocasiona uma formação deficitária na compreensão e condução de situações que envolvem diversidade étnico-racial e sociocultural no âmbito da sala de aula. (SILVA, 2005, p. 98).

Entretanto, esta não formação que deveria subsidiar um posicionamento mais efetivo por parte dos/as docentes implica em intervenções não contextualizadas que acabam reforçando conceitos que não valorizam a diversidade cultural das pessoas, dos seus costumes, seus ritos, entre outros, e também, silenciam situações racistas do cotidiano escolar por não terem conhecimento da temática.

Uma questão muito importante desta pesquisa foi identificar que dois professores passaram a trabalhar com a temática de Cultura africana e afro-brasileira apenas a partir da efetivação do Projeto na escola e outros dois se dedicam ao tema em datas comemorativas. Este viés excludente que inviabiliza o tratamento adequado às questões étnicas na sala de aula que alguns/as professores/as não atendem re/produzindo o preconceito e a discriminação racial que transcende da sociedade para as escolas. Mas, há uma vasta produção didático-pedagógica para com a temática étnico racial para fomentar aqueles que buscam trabalhar com o tema, e mesmo assim, muitos/as se omitem em levar estas discussões para seus/as alunos/as por ociosidade e falta de interesse.

Em seguida, fora questionado aos/as pesquisados/as se o livro didático adotado para o ano letivo continha a temática étnico racial para o atendimento à Lei 10.639/03? Três professores/as destacaram que haviam temáticas voltadas à temática étnico racial e outro não via a participação de conteúdos voltados a questão da diversidade cultural.

Sobre a importância do tratamento das temáticas voltadas ao ensino antirracista, os/as docentes realçaram a importância da escola na quebra destes paradigmas racistas e discriminatórios, para propiciar o conhecimento dos elementos da cultura africana na construção do Brasil, em vários aspectos, como a culinária, a música, a religião, o aspecto econômico e social, como também a luta do povo negro durante a escravidão no Brasil, e a realidade posta a estes de negação de sua existência na sociedade, em que subalternizaram ao longo da história do Brasil que persiste até os dias atuais, numa perspectiva de mudança destes estereótipos e preconceitos para uma visão de mundo que atenta à diversidade como algo valorativo para o andamento das relações humanas e sociais no processo evolutivo do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a pesquisa *in loco* verificamos a mudança do *status quo* no que diz respeito ao tratamento das questões africanas e afro-brasileiras no âmbito escolar. Claro, que notamos a dificuldade dos/as docentes na aplicabilidade das temáticas desenvolvidas que valorizem a História da Cultura Africana e Afro-brasileira, uma vez que, não obtiveram nenhum tipo de formação referente à educação antirracista, mas é sabido da obrigatoriedade da Lei 10.639/03 e da vasta produção historiográfica disponibilizada na internet, em bibliotecas e nas demais fontes de informações.

Há alguns pontos importantes a serem ressaltados. Primeiro, muitos destes profissionais da educação apenas adotaram temáticas relacionadas ao/a negro/a a partir da imposição da coordenação pedagógica com a promoção do Projeto da Cultura Africana e Afro-brasileira e que também muitos destes passaram a conhecer a Lei 10.639/03 com as reuniões pedagógicas e bimestrais para atender as atribuições determinadas pelo projeto interdisciplinar. Segundo, o “mal estar” que causou em alguns docentes e principalmente em alguns pais pelo preconceito ainda forte na mentalidade de muitos que fazem parte da sociedade, até mesmo da escola, sobretudo no que se refere às religiões afro-brasileiras causando até no afastamento de algumas crianças e jovens em participar de atividades devido a este preconceito impregnado tão fortemente na sociedade.

Contudo, notamos um grande avanço na escola a partir do trabalho desenvolvido com a temática étnico racial, no qual percebemos no alunado a participação eficaz e a

representatividade que a temática propiciou aos/as mesmos/as. Como também, o aprendizado que puderam ter sobre a participação dos africanos no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira podendo identificar sua presença na economia, na ciência, na cultura, na linguagem, na política, dentre outras mais contribuições e ressignificações que o povo negro africano e afro-brasileiro que trouxera para o Brasil. Vimos ainda, a importância de um ensino antirracista desde a base da educação na perspectiva de lidar com o preconceito e a discriminação racial que assola a sociedade brasileira desde a escravidão, percebendo na educação como via principal para que este objetivo seja conquistado em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, Vilma Terezinha Fragoso. **A diversidade étnico racial no currículo escolar do Ensino Fundamental**. Versão Online ISBN 978-85-8015-080-3 Cadernos PDE. Paraná: 2014, p. 16. Vol. I,
- AMORIM, Diego Uchoa de. **TEORIAS RACIAIS NO BRASIL**: um pouco de história e historiografia. Revista Cantareira - Edição 19 / Jul-Dez, 2013. p. 62-78.
- AUGUSTO, Laís Santos. TONIOSSO, José Pedro. **A temática africana no ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2015, p. 183-195.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, **Diversidade e Inclusão**: História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil. Brasília : MEC/SECADI, UFSCar, 2014. 144 pg.
- BITTENCOURT, Zoraia Aguiar. SOUZA, Fábio Feltrin de.(Orgs) **As relações étnico-raciais na sala de aula** : propostas pedagógicas . Tubarão, SC : Copiart; Erechim, RS: UFFS, 2016, p. 271.
- CHAUÍ, Marilena. **O discurso competente**. In: ____ Cultura e democracia. 4 ed. rev. aum. São Paulo: Cortez, 1989, p.3-13.
- BARBOSA, Rui. **O abolicionista**. Rio de Janeiro, 1988. p. 114. Ed. comemorativa do centenário da Abolição
- BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais** Brasília: SECAD, 2006. 262 pg.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra 2002.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Étnico-cultural**. In: BRASIL. **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003. p. 70-76.
- GUIMES FILHO Rodrigues. BERNARDES, Vânia Aparecida Martins. NASCIMENTO, João Gabriel do. **Educação para as relações étnico-raciais: outras perspectivas para o Brasil** / Uberlândia, MG : Editora Gráfica Lops, 2012.
- MULUNGU. Secretaria Municipal . Projeto Cultura Afro-Brasileira 2017, p. 02
- MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2ed. Brasília: MEC/SECAD, 2005.
- RANGEL, Pollyanna Soares. **Apenas uma questão de cor? As teorias raciais dos séculos XIX e XX**. Revista Simbiótica- Universidade Federal do Espírito Santo - Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias. Departamento de Ciências Sociais - ES - Brasil vol. 2, n. 1, 2015, p. 12-21.
- SILVA, Rosângela Souza da. **Racismo e discriminação racial no cotidiano de uma escola pública de nível médio**. In: OLIVEIRA, Iolanda de; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; PINTO, Regina Pahim. (Org.). **Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, ANPEd, 2005, p. 264.

SILVA, Sueli Melo. Educação e racismo no Brasil. In: **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.18, 2005, p. 93 – 99.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **O racismo no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro:Fundação Getúlio Vargas / Instituto de Estudos Avançados em Educação,, 1994, p. 249. Dissertação (Mestrado em Educação) **Webgrafia**

GONÇALVES, Luiz Aberto O; SILVA, Petronilha Beatriz G. **Movimento negro e educação**. Revista brasileira de educação, nº 15, p. 134-158 set/dez, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>>. Acesso em: 12/10/2017, às 10:58.

SILVA, Dalva Aparecida Marques. BATISTA, Roberto Leme. **A formação das teorias raciais no Brasil**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_hist_artigo_dalva_aparecida_marques_da_silva.pdf> Acesso em: 26/10/2017, às 16:44.

SILVA, Mateus Lôbo de Aquino Moura e. **Casa-grande & senzala e o mito da democracia racial**. Disponível em: < <http://www.anpocs.org/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9704-casa-grande-e-senzala-e-o-mito-da-democracia-racial/file>> Acesso em: 16/11/2017, às 16:21.

ANEXOS**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre **a educação étnico racial no ensino fundamental II e seus respectivos docentes** e está sendo desenvolvida por **Jean Carlos Lima da Silva**, estudante do Curso de **Pós-graduação em Educação Étnico Racial na Educação Infantil**, da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da Prof.a **Dr.a Paula Maria Fernandes da Silva**.

O objetivo do estudo é analisar a aprendizagem da Educação Étnico Racial sobre as temáticas desenvolvidas respaldadas pela Lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da História da Cultura Africana e a Cultura Afro-brasileira procurando identificar se a positividade está sendo trabalhada conforme propõe a lei mencionada anteriormente:

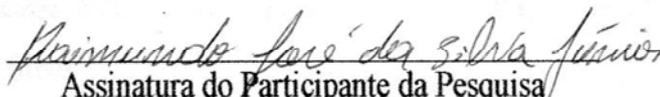
A finalidade deste trabalho é contribuir para identificar como o ensino antirracista está sendo trabalhada na sala de aula e como os estudantes estão reconhecendo essas novas percepções voltadas à questão da história da cultura africana, sua valorização e sua contribuição, uma vez que sob a orientação da lei 10.639/2003, e dos PCN's, as escolas devem contemplar o ensino que promova a valorização da cultura afro-brasileira buscando romper a barreira do racismo e problematizando-as com os/as discentes que fazem parte da pluralidade cultura.

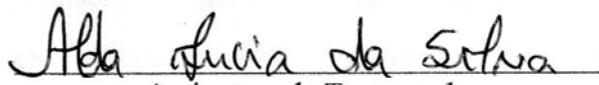
Solicitamos a sua colaboração para obtermos respostas através da aplicação do questionário com perguntas abertas e fechadas, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área do conhecimento em Educação Étnico Racial. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.


Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal
Raimundo José da Silva Jr.
Função - Diretor
Mat: 29845


Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador(a)

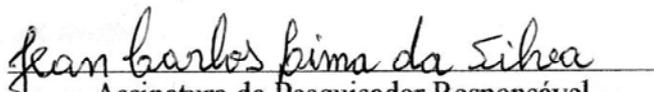
Jean Carlos Lima da Silva

Sítio Tomé, Zona Rural, Casa/SN, Mulungu-Pb.

Telefone: (083) 99601-1984

E-mail: jean_carlosvascaino.uepb@hotmail.com

Atenciosamente,


Assinatura do Pesquisador Responsável

re